

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

Processo n.º: 24.966/2016-e**Origem :** Administrações Regionais

Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF

Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria de Regularidade realizada no âmbito de Administrações Regionais, com o objetivo de avaliar as contratações de obras efetivadas por meio da modalidade de licitação convite, em atendimento ao item II.a da Decisão n.º 3.229/2015. Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria. Ingresso de pedido de cópia de peças dos autos formulado pelo MPDFT. Decisão n.º 63/2017: encaminhamento, com fulcro no art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/2014, cópia do Relatório Prévio de Auditoria e demais documentos às Administrações Regionais, para conhecimento e manifestação acerca dos pontos indicados, com alerta quanto à improrrogabilidade do prazo fixado, bem como quanto ao caráter preliminar do referido relatório e deferimento do pleito para fornecimento de cópia de peças dos autos à i. representante do MPDFT. Encaminhamento de considerações dos auditados. Relatório Final de Auditoria. Decisão n.º 3.394/2017: conhecimento do Relatório Final de Auditoria e dos demais documentos acostados aos autos; determinações à Secretaria de Estado das Cidades do DF – Secid/DF e às Administrações Regionais; determinação para a realização de estudos especiais pela Segecex/TCDF, de modo a fixar entendimento da Corte sobre a interpretação e aplicação, no âmbito do Distrito Federal, do regramento disposto no art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.666/1993; chamamento de responsáveis em audiência; instauração de tomada de contas especial; envio de cópia desta decisão, do Relatório Final de Auditoria e do Papel de Trabalho 06 à Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública – Decap, de forma a subsidiar o inquérito policial em andamento, bem como ao MPDFT, para as providências que entender pertinentes; o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria à Secont/TCDF, para avaliação do impacto das irregularidades apontadas na fiscalização em tela no julgamento das contas anuais alusivas às administrações regionais elencadas no relatório. Encaminhamento de informações por diversas Administrações Regionais. Ingresso de pedido de dilação de prazo por 30 (trinta) dias formulado pela Administração Regional de Recanto das Emas para atendimento de diligências insertas na Decisão n.º 3.394/2017; Despacho Singular n.º 697/17-GCIM: concessão parcial. Decisão n.º 1.112/2018: reiterar às jurisdicionadas indicadas no Quadro 1 da Informação n.º 24/2018-Seaud as diligências insertas na Decisão n.º 3.394/2017, assinando prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento das determinações, alertando os gestores responsáveis que o não cumprimento desta deliberação poderá ensejar aos responsáveis a multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 272, inciso VIII e § 3º, do RI/TCDF. Decisão n.º 3.764/2018: deferimento de dilação de prazo por 30 (trinta) dias à Secid/DF para cumprimento da Decisão n.º 1.112/2018. Ingresso de pedidos de dilação de prazo formulado por diversas administrações regionais. Despacho Singular n.º 434/18-GCIM: concessão. Ingresso de pedido de dilação de prazo por 60 (sessenta) dias formulado pela Administração Regional do Cruzeiro. Despacho Singular n.º 523/18-GCIM:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

Concessão parcial. Ingresso de pedido de dilação de prazo por 45 (quarenta e cinco) dias formulado pela Administração Regional de Taguatinga. Despacho Singular n.º 152/2019-GCIM: denegação do pleito. Encaminhamento de informações pelas jurisdições. Decisão n.º 2.622/2019: conhecimento dos expedientes carreados aos autos; ter por atendidos alguns itens, parcialmente cumpridas outras diligências e não cumpridos outros itens da Decisão n.º 3.394/2017; reiteração de determinações e expedição de alerta aos gestores das jurisdições citadas na Decisão n.º 3.394/2017 quanto à responsabilidade pelo cumprimento das determinações ainda não avaliadas ou que não foram consideradas atendidas, as quais serão analisadas em sede de futuro monitoramento, em autos apartados. Encaminhamento de informações por parte de Administrações Regionais e pela então Casa Civil do Distrito Federal. Decisão n.º 2.665/2020: conhecimento dos documentos juntados aos autos; deixar de se pronunciar sobre o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Administração Regional do Varjão – RA XXIII, em razão da superveniente perda de objeto do pleito, tendo em vista o exame realizado por este Tribunal no âmbito do Processo n.º 262/2020-e; em relação à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF, considerar não atendido o item V da Decisão n.º 3.394/2017; reiteração à Segov/DF da determinação contida no item V da Decisão n.º 3.394/2017, devendo a jurisdição, também, observar o disposto na Portaria n.º 68/2018-Secid, e encaminhar ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas, juntamente com os respectivos resultados alcançados; e alerta à Segov/DF de que o descumprimento de determinações deste Tribunal enseja a aplicação de multa, na forma prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 01/1994. Decisão n.º 1.047/2021: reiteração à Segov/DF do disposto no item IV da Decisão n.º 2.665/2020, para atendimento em novo prazo de 60 (sessenta) dias; e audiência do Sr. José Humberto Pires de Araújo para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa devido o descumprimento do item IV da Decisão n.º 2.665/2020, ante a possibilidade de ser apenado com multa, conforme previsto no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF. Apresentação de razões de justificativa. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência e de mérito de razões de justificativa. 3ª Digem/TCDF sugere à Corte: conhecer das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo, considerando-as, excepcionalmente, procedentes; considerar parcialmente atendido o item V da Decisão n.º 3.394/2017, reiterado mediante o item IV da Decisão n.º 2.665/2020 e mediante o item II da Decisão n.º 1.047/2021; e determinar à Segov/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, preste esclarecimentos sobre as medidas adotadas para o cumprimento da diligência. Cota complementar do titular da Segem/TCDF parcialmente convergente: pela procedência das justificativas; por considerar parcialmente cumprido o item V da Decisão n.º 3.394/2017; por considerar prejudicados os itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão n.º 3.394/2017, ante a ocorrência de prescrição; e por autorização para realização de monitoramento futuro sobre a matéria. Parecer do MPJTCDF em harmonia com a 3ª Digem/TCDF, com o acréscimo proposto pelo titular da Segem/TCDF para a realização de monitoramento futuro. VOTO convergente com o *Parquet* especial.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

RELATÓRIO

Os autos foram constituídos, originalmente, para cuidar de Auditoria de Regularidade realizada no âmbito de Administrações Regionais¹, com o objetivo de avaliar as contratações de obras efetivadas por meio da modalidade de licitação Convite, em atendimento ao item II.a da Decisão n.º 3.229/2015.

Na Sessão Ordinária n.º 4.969, de 18.07.2017, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 3.394/2017** (e-DOC 3BADE0EB-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos Ofícios n.ºs 236/17-GAB/RA-XXX e 165/17-SEPLAG/GAB, remetidos pela Administração Regional de Vicente Pires e pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – Seplag/DF, em atenção à Decisão n.º 63/2017 (e-DOC FD610785-c e 960AC292-c, respectivamente); b) do Relatório Final de Auditoria de e-DOC 66F5E6E0-e; c) da Informação n.º 16/2017-Diaud3 (e-DOC 6E721798-e); d) do Parecer n.º 429/2017-ML (e-DOC B1836036-e); e) dos demais documentos carreados ao feito; II – considerar, no mérito, procedentes as Representações n.ºs 07/2015-ML e 08/2015-ML; III – determinar à Secretaria de Estado das Cidades que (achado 3): a) considerando o que estabelece o art. 11 do Decreto n.º 36.520/2015, adote medidas para a padronização dos projetos e especificações técnicas de obras de tipologia recorrente nas administrações regionais, a partir de normas técnicas e boas práticas de engenharia aplicadas a cada caso, observando os requisitos contidos no art. 12 da Lei n.º 8.666/1993, a fim de racionalizar os processos e aprimorar a gestão das contratações, da execução e da fiscalização das obras no âmbito das RAs; b) elabore e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação para implementação da determinação constante da alínea anterior, contendo, no mínimo, cronograma completo de ações, a sequência de procedimentos que serão executados, fazendo constar o prazo previsto para cada etapa e a unidade/setor responsável pelas providências, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório Final de Auditoria; IV – determinar às administrações regionais que, nos processos de contratações de obras e serviços de engenharia: a) façam constar (achado 3): i) memória de cálculo dos orçamentos estimativos, que devem estar detalhados em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, a teor do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 12, inciso III, do Decreto Distrital n.º 36.520/2015; ii) a data-base e a fonte de referência dos custos unitários adotados no orçamento da Administração; iii) a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos responsáveis pela elaboração do orçamento-base, das especificações técnicas, do cronograma físico-financeiro e de outras peças técnicas, inclusive de suas eventuais alterações, em sintonia com a jurisprudência do TCDF, a exemplo do III.b da Decisão n.º 5.749/2012 e do item II.xi da Decisão n.º 3.545/2016; b) apliquem

¹ Foram examinados processos referentes às seguintes Administrações Regionais: Recanto das Emas, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Vicente Pires, Guará, Riacho Fundo II, Varjão, Taguatinga, Ceilândia, SCIA, Paranoá, Santa Maria, Riacho Fundo e SIA.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

BDI diferenciado aos itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos, quando esses representarem percentual significativo do preço global da contratação, nas hipóteses de inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação; c) cuidem para que os custos unitários do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia sejam menores ou iguais às referências correspondentes nos sistemas SINAPI e SICRO, podendo-se adotar outras tabelas de preços oficiais no caso de incompatibilidade comprovada de adoção dos referidos sistemas, e, em último caso, utilizar-se de pesquisas de mercado, mediante a juntada de documentação comprobatória no respectivo processo administrativo; d) abstenham-se de utilizar o Sistema de Preços e Serviços – SIPS (Novacap), nos termos do item VII.b da Decisão n.º 932/2015; e) orientem os fiscais e executores de contratos de obras e serviços de engenharia que, como subsídio às atribuições contidas no art. 67 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 41, § 5º, do Decreto Distrital n.º 32.598/2010, mantenham registros fidedignos de todas as etapas da contratação, por meio do diário de obras e de fotografias, além de outros instrumentos pertinentes (achado 4); V – determinar à Secretaria das Cidades e às administrações regionais que publiquem os avisos de licitação em suas respectivas páginas eletrônicas, especialmente os alusivos a certames na modalidade convite, adotando também todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento da Lei Federal n.º 12.527/2011, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, observando o que dispõe o art. 3º, inciso V, e art. 13, da Instrução Normativa n.º 02/2015-CGDF (achado 2); VI – determinar às Administrações Regionais do Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo II, Santa Maria, Paranoá, Recanto das Emas, São Sebastião e SCIA que enviem esforços para localizar os processos relacionados na Tabela 33 do Relatório Final de Auditoria, dando conhecimento dos resultados a este Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias (achado 1); VII – determinar às administrações regionais do Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e Santa Maria, indicadas na Tabela 58 do Relatório de Auditoria, que: a) de acordo com informações do Papel de Trabalho 10, tendo em vista os vícios relatados na execução de obras, convoquem as empresas contratadas para sanar as irregularidades apontadas, de forma a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que não esteja de acordo com o Projeto Básico, nos termos dos arts. 69 e 73, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, bem como acionem a garantia prevista no art. 618 do Código Civil, e, em caso de insucesso, adotem as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para ressarcimento ao erário (achado 4); b) elaborem e encaminhem ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação para implementação da determinação constante da alínea anterior, contendo, no mínimo, cronograma completo de ações, a sequência de procedimentos que serão executados, fazendo constar o prazo previsto para cada etapa e a unidade/setor responsável pelas providências, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório Final de Auditoria; VIII – determinar às Administrações Regionais do Recanto das Emas, São

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

Sebastião, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Vicente Pires, Guará, Riacho Fundo I e II, Varjão, Taguatinga, Ceilândia, SCIA, Paranoá, Santa Maria e SIA, indicadas na Tabela 3 do Relatório Final de Auditoria, que (achado 4): a) promovam o reexame das obras relacionadas no PT 02 – Relação de processos, a fim de que sejam verificadas possíveis falhas de execução ou má qualidade das obras que ensejem a adoção dos mesmos procedimentos citados no item VII.a, ou ainda, a responsabilização e busca do ressarcimento ao erário, caso necessário; b) elaborem e encaminhem ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação para implementação da determinação constante da alínea anterior, contendo, no mínimo, cronograma completo de ações, a sequência de procedimentos que serão executados, fazendo constar o prazo previsto para cada etapa e a unidade/setor responsável pelas providências, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório Final de Auditoria; IX – determinar às Administrações Regionais do Núcleo Bandeirante, SIA, Vicente Pires e Varjão, no que diz respeito ao superfaturamento por sobrepreço (de acordo com informações do Papel de Trabalho 15 – Orçamentos com Prejuízo - e-DOC 8EEEE954-e), que adotem procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade, assegurando, em qualquer hipótese, direito de ampla defesa e de contraditório aos envolvidos, em simetria ao disposto no art. 12 da Resolução n.º 102/1998-TCDF, dando conhecimento ao Tribunal das medidas adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias (achado 3); X – determinar às Administrações Regionais de Santa Maria, Ceilândia, Riacho Fundo I, Vicente Pires e Varjão, relacionadas nas Tabelas 59, 60, 61, 62 e 63 do Relatório Final de Auditoria, no que diz respeito à inexecução contratual nas obras (de acordo com informações do Papel de Trabalho 10 – Análises de verificações in loco), que adotem procedimentos sumários e econômicos de apuração de responsabilidade, assegurando, em qualquer hipótese, direito de ampla defesa e de contraditório aos envolvidos, em simetria ao disposto no art. 12 da Resolução n.º 102/1998-TCDF, dando conhecimento ao Tribunal das medidas adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias (Achado 4); XI – determinar o destaque das sugestões contidas no item II, do parágrafo 332, do Relatório Final de Auditoria, para envio à Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF, para a realização de estudos especiais acerca da matéria pela Assessoria Técnica e de Estudos Especiais, com vistas ao Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO/TCDF, de modo a fixar entendimento da Corte sobre a interpretação e aplicação, no âmbito do Distrito Federal, do regramento disposto no art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.666/1993; XII – com fulcro no art. 269 do RI/TCDF, determinar a audiência dos seguintes responsáveis, tendo em vista a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994: a) nominados no parágrafo 71 do Parecer n.º 429/2017-ML, em razão das irregularidades por eles praticadas relacionadas aos Achados 1 e 2 do Relatório Final de Auditoria; b) mencionados no parágrafo 75 do Parecer n.º 429/2017-ML, em virtude das falhas identificadas nas Representações nºs 07/2015-ML e 08/2015-ML; XIII – autorizar: a) a conversão das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

irregularidades apontadas na Tabela 64 do Relatório Final de Auditoria, referente à Administração Regional do Núcleo Bandeirante, no que diz respeito à inexecução contratual nas obras (de acordo com informações do PT 10 – Análises de verificações in loco), em tomada de contas especial, a ser tratada em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar n.º 1/1994, e a citação dos responsáveis nominados na Tabela 65 do mesmo relatório, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham o débito ali apontado (achado 4); b) o envio de cópia desta decisão, do Relatório Final de Auditoria e do Papel de Trabalho 06 à Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública – Decap, de forma a subsidiar o inquérito policial em andamento, bem como ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para as providências que entender pertinentes (achado 2); c) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria à Secretaria de Contas/TCDF, para avaliação do impacto das irregularidades apontadas na fiscalização em tela no julgamento das contas anuais alusivas às administrações regionais elencadas no relatório; d) em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, dos papéis de trabalho discriminados no parágrafo 4º da Informação n.º 16/2017-Diaud3, do Parecer n.º 429/2017-ML, do relatório/voto do Relator e desta decisão aos responsáveis notificados em razão dos itens XII e XIII.a; e) o envio de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão, do Relatório Final de Auditoria e dos papéis de trabalho correspondentes às administrações regionais, conforme indicado na tabela inserta no parágrafo 4º da Informação n.º 16/2017-Diaud3, para subsidiar o cumprimento das diligências; f) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria – Seaud/TCDF, para as providências de sua alçadas. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator (Anexo I)”.

Em 13.03.2018, o Plenário exarou a **Decisão n.º 1.112/2018** (e-DOC 815DBABB-e), deliberando, em suma, por:

*“II – **reiterar** às jurisdicionadas indicadas no Quadro 1 da Informação n.º 24/2018-Seaud **as diligências insertas na Decisão n.º 3.394/2017**, assinando **prazo de 60 (sessenta) dias** para atendimento das determinações, alertando os gestores responsáveis que o não cumprimento desta deliberação poderá ensejar aos responsáveis a multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 272, inciso VIII e § 3º, do RI/TCDF;” (destaquei).*

Na sequência, por meio do item II da **Decisão n.º 3.764/2018** (e-DOC 5DC5B294-e), a Corte decidiu “(...) com espeque no § 7º do art. 172 do RI/TCDF, deferir prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento desta deliberação plenária, à SECID/DF para que dê efetivo cumprimento ao deliberado na Decisão n.º 1.112/2018;”.

Posteriormente, em 30.07.2019, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 2.622/2019** (e-DOC 8C5BE340-e), dessa forma:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 04/2019-2ª Digem (e-DOC 93285697-e); b) do Parecer n.º 386/2019-G4P (e-DOC 9B62F9E5-e); c) dos demais documentos juntados ao feito; II – no que se refere à Decisão n.º 3.394/2017, considerar: a) quanto à então Secretaria de Estado de Estado de Cidades do Distrito Federal, que passou a integrar a Casa Civil do Distrito Federal: i) cumpridos os itens III.a e III.b; ii) parcialmente cumprido o item V; b) quanto à Administração Regional de Ceilândia: i) não cumprido o item VIII.b, deixando de reiterá-lo com base no exposto no parágrafo 77 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; ii) não cumprido o item X, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento à diligência; c) quanto às Administrações Regionais do Cruzeiro, do Guará e do SCIA: i) cumprido o item VI; ii) não cumprido o item VIII.b, deixando de reiterá-lo com base no exposto no parágrafo 77 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; d) quanto à Administração Regional do Núcleo Bandeirante: i) não cumpridos os itens VI e IX, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento às diligências; ii) não cumprido o item VII.b, deixando de reiterá-lo com base no exposto no parágrafo 41 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; iii) parcialmente cumprido o item VIII.b, deixando de reiterá-lo com base no exposto no parágrafo 77 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; e) quanto às Administrações Regionais do Paranoá e do Riacho Fundo II, considerar cumpridos os itens VI e VIII.b da Decisão n.º 3.394/2017; f) quanto à Administração Regional do Recanto das Emas: i) não cumprido o item VI, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento à diligência; ii) não cumpridos os itens VII.b e VIII.b, deixando de reiterá-los com base no exposto nos parágrafos 41 e 77 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; g) quanto à Administração Regional do Riacho Fundo I, considerar cumpridos os itens VII.b, VIII.b e X; h) quanto à Administração Regional de Santa Maria: i) cumpridos os itens VI, VII.b e VIII.b; ii) não cumprido o item X, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento à diligência; i) quanto à Administração Regional do SIA: i) cumprido o item VIII.b; ii) não cumprido o item IX, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento à diligência; j) quanto à Administração Regional de São Sebastião: i) não cumprido o item VI, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento à diligência; ii) não cumprido o item VIII.b, deixando de reiterá-lo com base no exposto no parágrafo 77 da Informação n.º 04/2019-2ª Digem; k) quanto às Administrações Regionais do Varjão e de Vicente Pires: i) cumprido o item VIII.b; ii) não cumpridos os itens IX e X, reiterando à jurisdicionada a necessidade de dar cumprimento às diligências; l) quanto à Administração Regional de Taguatinga, considerar cumprido o item VIII.b; III – determinar: a) às Administrações Regionais do Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e Santa Maria, indicadas na Tabela 58 do Relatório de Auditoria, que deem fiel cumprimento ao item VII.a da Decisão n.º 3.394/2017; b) às Administrações Regionais do Recanto das Emas, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Vicente Pires, Guará, Riacho Fundo I e II, Varjão, Taguatinga, Ceilândia, SCIA, Paranoá, Santa Maria e SIA, indicadas na Tabela 3 do

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

Relatório Final de Auditoria, que deem fiel cumprimento ao item VIII.a da Decisão n.º 3.394/2017; IV – alertar os atuais gestores das jurisdições mencionadas nos itens II e III anteriores quanto às respectivas responsabilidades em dar cumprimento às determinações contidas na Decisão n.º 3.394/2017 que ainda não foram avaliadas ou que não foram consideradas atendidas, mas que foram objeto de reiteração no bojo desta deliberação, informando-os que o devido atendimento das diligências será avaliado pelo Tribunal oportunamente em sede de monitoramento; V – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 04/2019-2ª Digem, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Casa Civil do Distrito Federal – CACI/DF e às administrações regionais mencionadas nos itens II e III precedentes; b) a realização de futuro monitoramento pela Segem/TCDF, em autos apartados, individualizados por jurisdição, para avaliar o cumprimento das diligências insertas na Decisão n.º 3.394/2017, que ainda não foram avaliadas ou que não foram consideradas atendidas, mas que foram objeto de reiteração no bojo desta deliberação; c) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas” (grifos acrescidos).

Na Sessão Ordinária n.º 5.216, de 08.07.2020, foi exarada a **Decisão n.º 2.665/2020** (e-DOC 32B5BB9C-e), que possui o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pela então Casa Civil do Distrito Federal e pelas Administrações Regionais, em atenção à Decisão n.º 3.394/2017, reiterada mediante a Decisão n.º 2.622/2019 (peças 374/383, 388, 390/398 e 408/411); b) da Informação n.º 42/2020-3ª Digem (e-DOC 616290F3-e); c) do Parecer n.º 430/2020-ML (e-DOC C0D71527-e); II – deixar de se pronunciar sobre o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Administração Regional do Varjão – RA XXIII (e-DOC 1579DEB7-c), em razão da superveniente perda de objeto do pleito, tendo em vista o exame realizado por este Tribunal no âmbito do Processo n.º 262/2020-e; III – considerar, em relação à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF, não atendido o item V da Decisão n.º 3.394/2017; IV – em decorrência do item III, reiterar à Segov/DF a determinação contida no item V da Decisão n.º 3.394/2017, devendo a jurisdição, também, observar o disposto na Portaria n.º 68/2018-Secid, e encaminhar ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas, juntamente com os respectivos resultados alcançados; V – alertar a Segov/DF de que o descumprimento de determinações deste Tribunal enseja a aplicação de multa, na forma prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 01/1994; VI – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 42/2020-3ª Digem, do Parecer n.º 430/2020-ML, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Segov/DF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas.” (grifos nossos)

No último giro processual o Colegiado proferiu a **Decisão n.º 1.047/2021** (e-DOC F15C4057-e), de 24.03.2021, *in verbis*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação n.º 01/2021-Segem (e-DOC 11D042E9-e), mediante a qual a unidade instrutiva reportou a ausência de manifestação da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF quanto ao item IV da Decisão n.º 2.665/2020; II – reiterar à Segov/DF o disposto no item IV da Decisão n.º 2.665/2020, para atendimento em novo prazo de 60 (sessenta) dias; III – com fulcro no art. 269 do RI/TCDF, ordenar a audiência do Sr. José Humberto Pires de Araújo para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa devido o descumprimento do item IV da Decisão n.º 2.665/2020, ante a possibilidade de ser apenado com multa, conforme previsto no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF; IV – autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas.” (destaquei)

A Segov/DF prestou esclarecimentos mediante o Ofício n.º 945/2021-SEGOV/GAB (e-DOC F595B05F-c) e os anexos correspondentes (peças 448/449 e 451/452).

O Sr. José Humberto Pires de Araújo apresentou as razões de justificativa de e-DOC 60EE46C2-c.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva contextualizou o feito e se manifestou por meio da Informação n.º 65/2021-DIGEM3 (e-DOC 492AC022-e), transcrita a seguir com ajustes de forma:

“(…)

7. Em síntese – em corrente momento processual – dos comandos insculpidos na Decisão nº 3394/2017 (peça 70):

- as medidas relativas às Administrações Regionais estão sendo acompanhadas em autos apartados, consoante comparece em tabela ofertada às fls. 4 e 5 de peça 414;*
- as medidas concernentes à Casa Civil do DF foram remanejadas, por alterações de competência, à Secretaria de Governo do DF, tendo quedado descumprido o item V da Decisão nº 3394/2017, o qual foi reiterado em item IV da Decisão nº 2.665/2020 (peça 419), e, por fim, reiterado esse último, em item II da Decisão nº 1047/2021 (peça 438), com ordenação de audiência do Responsável.*

8. Pela Comunicação de Audiência nº 32/2021 – SS (peça 440), o Sr. Secretário da Segov/DF foi citado e instado a apresentar razões de justificativa para o descumprimento às medidas preconizadas em deliberações plenárias que deveriam ser cumpridas em sua esfera de competência.

II - MANIFESTAÇÃO DO RESPONSÁVEL

9. O Responsável alcançado pelos dispositivos das Deliberações plenárias referidas apresentou Razões de Justificativa, acostando documentação anexa, as quais, em conjunto, constam às peças 443 a 448.

III - ANÁLISE

A. DA NECESSIDADE DE TRANSPARÊNCIA NAS LICITAÇÕES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 24.966/16e

10. Da Lei Federal nº 12.527/2011² se extrai:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...)

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; Instrução Normativa nº 2/2015 – CGDF

11. Em Instrução Normativa nº 2/2015-CGDF³, consta:

Art. 3º A transparência ativa é o dever de promover, independente de requerimento, a divulgação de informações de interesse geral ou coletivo, produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, em seus sítios oficiais na rede mundial de computadores – Internet.

§ 1º Na divulgação das informações de que trata o caput, devem constar, no que couber, no mínimo: (...)

V – informações concernentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais, anexos e resultados, bem como todos os contratos celebrados; (...)

Art. 13 – No campo das licitações, previsto no Art. 7º, VI, desta Instrução Normativa, devem ser divulgadas as seguintes informações consolidadas:

I – modalidade e número da licitação;

II – número do processo;

III – tipo de licitação;

IV – objeto;

V – descrição e número de itens;

VI – quantidade e valor de cada item;

VII – valor total;

VIII – prazo de execução;

IX – data da adjudicação e nome do adjudicado;

X – data da publicação do edital e o número do DODF; e

XI – data da publicação homologação e o número do DODF.

§ 1º devem ser disponibilizadas no campo das licitações as aquisições realizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitações.

§ 2º devem ser disponibilizadas, também, para download, as íntegras dos editais, anexos, projetos básicos e resultados dos processos licitatórios.

12. Da Portaria SECID nº 68, de 18 de julho de 2018⁴ – a qual instituiu procedimentos de tramitação, publicação e fiscalização de processos das Administrações Regionais do Distrito Federal referentes a licitação na modalidade convite e adesão a Ata de Registro de Preços – se extrai:

Art. 1º Os processos administrativos de licitações na modalidade convite instaurados pelas Administrações Regionais devem ser encaminhados à Unidade de Controle Interno da Secretaria de Estado das Cidades, para apreciação da regularidade do procedimento licitatório.

(...)

Art. 2º As Administrações Regionais, em observância ao disposto no art. 21, II e III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 5º do Decreto nº 36.520, de 28 de maio de 2015, deverão publicar, com

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 11.06.2021.

³ Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/cb288737c6634948aef97d7af51f58f1/Instru_o_Normativa_2_08_12_2015.html Acesso em 11.06.2021.

⁴ Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/4f8ff1f5b73249bb973f26968dfac16b/Portaria_68_18_07_2018.html Acesso em 11.06.2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

antecedência mínima de cinco dias úteis, os avisos contendo os resumos dos editais das licitações na modalidade convite, ainda que realizados no local da repartição interessada.

Parágrafo único: Os instrumentos convocatórios serão divulgados no Diário Oficial do Distrito Federal, em sítio eletrônico central de publicidade de licitações da Administração direta e indireta do Distrito Federal, e em sítio mantido pelo órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório, e deverão conter a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

Art. 3º. Os processos administrativos instaurados pelas Administrações Regionais do Distrito Federal para contratações realizadas por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços deverão ser instruídos com todos os documentos relacionados no art. 3º, I a XVI, da Portaria nº. 265/2018 - SEPLAG, ordenados cronologicamente, antes de seu envio à **Unidade de Controle Interno da Secretaria de Estado das Cidades**, para cumprimento do inciso XVII desse mesmo artigo.

Art. 4º A **Unidade de Controle Interno da Secretaria de Estado das Cidades** deverá apreciar os processos das Administrações Regionais do Distrito Federal referentes a contratação na modalidade convite e adesão a Ata de Registro de Preços no prazo de cinco dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

(sem negritos, no original)

13. A medida preconizada em determinação plenária almeja a publicação, de forma rotineira, pelos responsáveis nos sítios eletrônicos pertinentes dos avisos de licitação, entre eles, o convite. Acresça-se a isso a necessidade de publicação das informações alusivas aos procedimentos licitatórios, previstas na Instrução Normativa nº 2/2015- CGDF.

14. O art. 2º, caput e parágrafo único, da Portaria SECID nº 68, de 18 de julho de 2018, prevê a obrigatoriedade de as Administrações Regionais publicarem os avisos contendo os resumos dos editais das licitações na modalidade convite e também divulgarem os instrumentos convocatórios no Diário Oficial do Distrito Federal, em sítio eletrônico central de publicidade de licitações da Administração direta e indireta do Distrito Federal, e em sítio mantido pelo órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório.

15. Dessarte, devem as administrações regionais publicar, rotineiramente, nas páginas eletrônicas pertinentes todos os procedimentos licitatórios, inclusive os realizados sob a modalidade convite, com as informações consolidadas e previstas na mencionada Instrução Normativa nº 2/2015-CGDF, em consonância com a Lei Federal nº 12.527/2011, cabendo a fiscalização do cumprimento da aludida Portaria à Secretaria Executiva das Cidades, integrante da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal.

B. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES PLENÁRIAS

16. Em Razões de Justificativa apresentadas à peça 448, o Sr. Secretário da Segov/DF informou, quanto ao cumprimento da deliberação desta Casa, que:

Esclareça-se ainda que em vista ao prestígio a princípios como o da segurança jurídica e da celeridade processual, estão sendo realizadas atividades de gestão e desenvolvimento de práticas que objetivam a melhoria de desempenho nos controles administrativos, em razão da necessidade de aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos e acompanhamento exercidos por parte das Unidades, e ainda, medidas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

internas com vistas à prevenção e padronização dos procedimentos de instrução de processos atinentes à aquisição e/ou contratação de serviços/obras por meio de Procedimentos Operacionais Padrão - POP.

Nesse diapasão, convém ressaltar que no conteúdo apresentado pela Circular nº 157/2020 - SEGOV/SECID (62484358), no sentido de dar conhecimento, providências e orientação, com vistas à garantia de preservação dos interesses públicos, cuja guarda lhes é atribuída por lei e cujo objetivo é fazer com que agentes públicos venham realizar com presteza e perfeição, em prestígio à eficiência que rege a boa administração, análises técnicas que lhes são imbuídas nas compras públicas, afastando a negligência da função primordial da Administração, qual seja, a tutela do interesse público.

Mais uma vez, no sentido de dar fiel cumprimento à Decisão nº 2.665/2020-TCDF, nos termos da Lei de Acesso a Informação - Lei Federal nº 12.527/2011, bem como o disposto na Portaria nº 68/2018 - SECID, observando ainda o que dispõe o art. 3º, inciso V, e art. 13, da Instrução Normativa nº 02/2015 - CGDF, foi encaminhado a essa Egrégia Corte de Contas por meio do ofício em epígrafe (Doc. SEI nº 62484358), as informações detalhadas em tabelas no que tange à relação das Administrações Regionais que realizaram certame licitatório no exercício de 2020, em especial na modalidade Carta Convite e dentre essas, especificamente as Regionais que publicaram em seu sítio eletrônico os Editais e Licitações realizadas, bem como as que não o fizeram por não terem realizados os respectivos certames.

Ademais, foi enviada a Circular nº 148/2020 - SEGOV/GAB (62484358), dia 14 de setembro de 2020, por meio do Processo SEI nº 04018-00001314/2020-15, para as Administrações que não realizaram certame licitatório no exercício de 2020, em especial na modalidade Carta-Convite e não tem em sua página eletrônica serviço de publicação de licitações, especificamente às Administrações Regionais de Taguatinga, Sobradinho, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte e Park Way, solicitando que fossem devidamente ajustadas seus sites oficiais, inserindo as publicações referentes às licitações realizadas, ou ainda as futuras, em cumprimento à supracitada Decisão.

Outrossim, com relação às Administrações Regionais do Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo I, foi encaminhada por esta Unidade a Circular nº 150/2020 - SEGOV/GAB (62484358), também dia 14 de setembro de 2020, Processo SEI nº 04018-00001314/2020-15, as quais realizaram certame licitatório no exercício 2020, porém sem a devida publicação na página oficial da Administração, solicitando que fossem postados os certames licitatórios em seus sítios eletrônicos, a fim de cumprir a Decisão nº 2665/2020 - TCDF e Decisão nº 3394/2017-TCDF, e também que os autos fossem instruídos com toda a documentação comprobatória das medidas adotadas.

Ao reforçar a importância do cumprimento das referidas Decisões, esta Pasta divulga e mantém atualizados em seu endereço eletrônico <https://segov.df.gov.br/licitacao-nas-ras/>, os avisos de licitação da Secretaria de Estado de Governo do DF, bem como os das Administrações Regionais do Distrito Federal.

Portanto, a Secretaria de Estado de Governo por meio de sua Secretaria Executiva das Cidades está acompanhando a evolução dos processos licitatórios e, na hipótese de inobservância da Decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, solicitará informações ao respectivo Administrador Regional para os esclarecimentos que se fizerem necessários. (...).

17. À peça 446, fls. 1 a 3, comparece tabela, sintetizando a situação, por Administração Regional, da publicidade ofertada às



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

licitações ocorridas naqueles órgãos, categorizando-os de acordo com o atendimento (ou não) às determinações desta Casa. Relativamente aos órgãos que deixaram de atender ao comando plenário, informa o Responsável que (peça 446, fl. 3):

Isto posto, esclarecemos ainda que, foram enviadas a Circular n.º 148/2020 - SEGOV/GAB (47077992), por meio do processo SEI nº 04018-00001314/2020-15, para as Administrações que Não Realizaram certame licitatório no exercício de 2020, em especial na modalidade Carta-Convite e não tem em sua página eletrônica serviço de publicação específico de licitações (...)

18. *Entende-se que o item V da Decisão nº 3394/2017, o qual foi reiterado em item IV da Decisão nº 2.665/2020 (peça 419), e, por fim, reiterado esse último, em item II da Decisão nº 1047/2021 (peça 438), pode ser considerado parcialmente atendido, em face das medidas informadas, devendo o seu integral cumprimento ser reiterado à jurisdição.*

C. OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL

19. *Observe-se o excerto do artigo⁵ de Marina Martins da Costa Brina, colacionado a seguir:*

3 O PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL

O princípio da verdade material traduz a ideia de que, na apuração dos fatos, deve ser sempre buscado o máximo de aproximação com a certeza. Sua aplicação ao processo administrativo justifica-se na medida em que a Administração, na busca constante pela satisfação do interesse público, não deve conformar-se com a verdade meramente processual. Pode e deve estender sua atividade investigatória, valendo-se de elementos diversos daqueles trazidos aos autos pelos interessados, desde que os julgue necessários para a solução do caso. Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 489) compreende o princípio da seguinte forma: “a Administração, ao invés de ficar restrita ao que as partes demonstrem no procedimento, deve buscar aquilo que é realmente a verdade, com prescindência do que os interessados hajam alegado e provado [...]”.

Cabe ainda lembrar que, apesar de não ter previsão expressa na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei n. 9784/99), o princípio da verdade material pode ser extraído de alguns de seus artigos. É o que se verifica pela leitura dos arts. 29, 36-37, que atribuem à Administração a condução principal da instrução probatória. A Administração pode iniciar de ofício o processo e o impulsionar determinando diligências para esclarecer fatos duvidosos.

(...)Cumpre ainda lembrar que o princípio da verdade material não pode ser visto como um fim em si mesmo (BRAGA, 2010, p. 203).

Sua aplicação deve levar em conta os demais princípios do ordenamento. Assim, não se pode admitir a obtenção de provas por meios ilícitos. (...)

i. O TCU E A VERDADE MATERIAL

20. *Observe-se o excerto do artigo⁶ referido anteriormente, sobre o TCU e a aplicação, nessa Corte, do princípio da verdade material:*

4.3 Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União possui diversas decisões aplicando o princípio da verdade material na busca por uma justiça social eficaz.¹⁰ A justificativa apresentada para a aplicação do princípio é que, sendo o interesse maior do TCU conhecer a realidade sobre os atos de gestão da coisa pública, o Tribunal não pode contentar-se com a verdade formal.

⁵ Disponível em: <https://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1509.pdf> Acesso em 14.06.2021.

⁶ Disponível em: <https://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1509.pdf> Acesso em 14.06.2021.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 24.966/16e

Alega-se que o ministro relator não ater-se às provas apresentadas pelas partes, podendo produzir provas pertinentes e relevantes para formar sua convicção. (...)

Do seguinte trecho é possível constatar que o TCU, na aplicação de pena ao gestor por irregularidade nas contas, privilegia a verdade material.

Por último, antes de adentrar na análise dos documentos obtidos na inspeção, vale mencionar que esse exame teve como escopo a verificação da participação efetiva dos candidatos contratados nos processos seletivos, e se a participação desses na seleção ocorreu de forma isonômica e de acordo com os normativos internos do Sebrae/DF. Cabe dizer, ainda, que, por ocasião da realização da inspeção, a equipe entendeu ser oportuno buscar mais informações acerca da questão referente às compras diretas de materiais de limpeza e de expediente realizadas no exercício de 2005. Assim, em homenagem ao princípio da verdade material, esta equipe de inspeção solicitou à Entidade documentos complementares, a fim de encorpar as informações a respeito dessas compras para fazer uma análise mais circunstanciada. Essa questão está detalhada no item 36 desta instrução.[...]

No decorrer desta inspeção, esta equipe, ao tomar conhecimento da proposta de encaminhamento da instrução precedente, referente às compras, com possível fracionamento de despesa, entendeu que seria oportuno buscar mais informações acerca dessa questão. Sabe-se que em se tratando da atividade de controle externo, a incerteza advinda acerca de atos de gestão de administradores públicos pode vir a adquirir matéria de ordem pública, mesmo ausente o interesse de particulares, permanecendo assim a possibilidade de atuação desta Corte de Contas para buscar a verdade material dos fatos. Nesse sentido, apesar dessa questão não ser objeto desta inspeção, entendeu-se razoável solicitar à Entidade a disponibilização de alguns processos de compras (fls. 356-457, anexo 4) do exercício de 2005 para a realização de uma análise pormenorizada. [...]

47. Assim, considerando que esta Corte de Contas privilegia a aplicação da verdade material em suas decisões, especialmente quando se trata da aplicação de pena ao gestor por irregularidade nas contas; e considerando, também, que os valores envolvidos no fracionamento de despesa são de baixa materialidade; compreende-se que, diante da análise dos fatos novos trazidos aos autos, seria rigoroso rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis e julgar irregulares as contas, com a consequente aplicação de multa. (TCU, Acórdão n. 5.341/2011. Relator: Min. Ubiratan Aguiar. Data de julgamento: 05 jul. 2011).

ii. TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS E A VERDADE MATERIAL

21. Colaciona-se outro excerto do artigo⁷ de Marina Martins da Costa Brina, dessa feita, trecho a respeito da aplicação, em tribunais de contas estaduais, do princípio da verdade material:

Outros tribunais de contas estaduais

Também é possível encontrar decisões de outros tribunais de contas pátrios aplicando o princípio da verdade material.

Vejamos o seguinte trecho de decisão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso:

Com fundamento no art. 140, § 1º, da Resolução n. 14/2007, em considerar revel o Sr. Geraldo Martins da Silva, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, no exercício de 2010.

Após, considerando que o trâmite do feito deve ter o seu prosseguimento normal, determino que os autos sejam encaminhados à Secex para, em sintonia com o Princípio da Verdade Material, verificar o mérito da

⁷ Disponível em: <https://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1509.pdf> Acesso em 14.06.2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

representação que está pendente de apreciação com base nos documentos que instruem os autos (TCEMT. Processo n. 22.508-8/2010. Data do julgamento: 4 mar. 2011).

Destaca-se a seguinte notícia encontrada também no site do TCEMT, sobre decisão proferida pelo Conselheiro Alencar Soares, durante Sessão do dia 19/08/08:

O denunciante, em sua peça exordial, delatou sobre eventual impertinência do critério de julgamento “técnica e preço” para licitação de contratação de serviços na área de limpeza pública, bem como supostas imprecisões e contradições presentes no Edital. Ao analisar o edital de Concorrência n. 02/2008, bem como a minuta do contrato, a equipe técnica constatou que os fatos delatados não possuem procedência.

Contudo, em consonância às atribuições constitucionais de fiscalização conferidas aos Tribunais de Contas, o exercício do controle externo não deve se restringir somente aos fatos denunciados, mas também ser desempenhado em toda a sua amplitude apurando outras possíveis irregularidades, sob o aspecto da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, eficácia, eficiência e efetividade. A atividade processual do denunciante é meramente subsidiária em virtude dos direitos envolvidos no processo administrativo ser matéria de ordem pública.

Na busca da verdade material, o Tribunal de Contas promove a produção de outras provas por impulso oficial, respeitando sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa do denunciado. (...)

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também aplica o princípio:

A Egrégia Câmara conheceu do recurso ordinário, bem como das razões complementares juntadas aos autos, por terem ingressado dentro do prazo regimental e tendo em vista a prevalência do interesse público na satisfação da justiça administrativa e, ainda, os princípios da verdade material e do formalismo moderado que regem os processos administrativos (Processo n. 380/009/97. DOE, 17 mar. 1999).

No mesmo sentido encontra-se a seguinte decisão do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco:

EMENTA: Recurso acolhido por ter sido interposto em tempo hábil. No mérito, não provido. Anuladas as Decisões T.C. n.s 0512/98 e 0019/00. (...)

ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra a presente decisão, (...)

Em CONHECER o presente recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento por não encontrar sustentáculo na legislação vigente. E, desde que fato novo ocorreu não contemplado em julgamento por este Tribunal, não se permitindo a Reformatio in Pejus, e, também, na busca da verdade material, bem como visando ao cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa, a decisão vergastada deve ser anulada em toda sua extensão, [...] (Acórdão TC n. 1799/01. Relator: Cons. Roldão Joaquim. Sessão de 24/10/01). (grifo nosso).

iii. O TCDF E A VERDADE MATERIAL

22. No RITCDF⁸, constam menções à verdade material:

Art. 118. As partes podem praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, ainda que não seja advogado.

§ 1º Constatado vício na representação da parte, o relator fixará prazo de quinze dias para que o responsável ou interessado promova a regularização, sob pena de serem tidos como inexistentes os atos praticados pelo procurador.

⁸ Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/103f06688360405fbd9c5562e47f95a7/tcdf_res_000296_2016_rep.html
Acesso em 14.06.2021.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 24.966/16e

§ 2º Não se aplica o disposto no final do parágrafo anterior ao caso de juntada de documentos que efetivamente contribuam na busca da verdade material. (...)

23. Do Parecer 201/2016–ML do MPJTCDF (e-DOC C0160031), insculpido no Processo nº 24.992/2012, fls. 9 a 10, colaciona-se o excerto:

19.Quanto à questão relacionada ao prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, como reiteradamente tenho me manifestado em processos dessa natureza, não é demais lembrar que, no Brasil, vigora o princípio da verdade material (ou real) no processo administrativo, em detrimento do princípio da verdade formal que rege o processo civil. Este último dá ressonância ao brocardo “quod non est in actis non est in mundo” (o que não está nos autos, não está no mundo jurídico), posto que, sob esta ótica, somente é dado ao julgador valorar aquilo que consta e instrui os autos para formar seu convencimento. De modo diametralmente oposto, o princípio da verdade material informa que o julgador tem o poder-dever de formar seu convencimento com todos os elementos que, de alguma maneira, possam influenciar sua decisão. Esse também é o ensinamento dos renomados juristas Sérgio Ferraz e Adilson Dallari:

“Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados. A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento”.

20.Cumpre registrar, no entanto, que o art. 333, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, impõe o ônus da prova ao autor, quanto a fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Entende-se, portanto, que o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.

(...)

**iv. A SITUAÇÃO DO RESPONSÁVEL CITADO EM
COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA Nº 32/2021 – SS (PEÇA 440)**

24. Em Razões de Justificativa apresentadas à peça 448, o Sr. Secretário da Segov/DF alega, relativamente à sua presumida ausência reiterada de manifestação a comando insculpido em item de deliberação plenária, que:

Constata-se que o entendimento da Corte se deu no sentido de que houve o descumprimento do item V da Decisão nº. 2.665/2020 não por considerar insatisfatória a resposta, mas ante à suposta ausência de manifestação da SEGOV nos autos do presente Procedimento Administrativo, muito embora a SEGOV o tenha expedido.

A omissão sugestionada pela área técnica não se constata quando, de modo inequívoco, **houve encaminhamento de manifestação da SEGOV ao TCDF, como também atendimento à decisão acima declinada.** As presentes razões atestam que **ocorreu indesejada falha na comunicação**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

entre o envio e o recebimento da resposta pelo seu destinatário final, o que não implica em descumprimento voluntário das diligências já adotadas pela SEGOV para sanar as falhas apontadas no decisum nº 2.665/2020.

Cumpre-nos informar que **a aludida manifestação foi encaminhada dentro do prazo, por meio do Ofício nº 1813/2020 - SEGOV/GAB (62484358), de 11 de setembro de 2020, acostado ao processo SEI nº 00600-00004231/2020-76 e enviado por e-mail ao Protocolo deste Tribunal, em 21 de setembro de 2020 (62484358), conforme comprovante acostado aos autos.**

Registre-se que o cenário da época do envio foi o auge da pandemia, em que os servidores do TCDF e desta Pasta se encontravam em teletrabalho, o que claramente dificultou o protocolo físico e cuja fase ainda não havia sido implementado o protocolo digital na Corte de Contas.

O e-mail de protocolo de expedientes ao TCDF, no exercício de 2020 e em anos anteriores, era utilizado como via hábil a receber o encaminhamento de documentações, como denúncias, defesas, manifestações e prestação de informações.

(...)

Nota-se que a preocupação deste Secretário é com o **atendimento à decisão** e com a **verdade material, independentemente se as informações foram encaminhadas via SEI, por meio físico ou por correio eletrônico.** (...)

Por fim, venho requerer o acolhimento das razões de justificativas para fins de julgá-las procedentes de modo a considerar atendido o item IV da Decisão nº 2.665/2020- TCDF, inclusive para fins de não aplicação de multa prevista no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF.

(sem grifos/negritos, no original)

25. Dessarte, em que pese a necessidade de obediência ao princípio da verdade material, esse deve ser sopesado diante da distribuição dos ônus probatórios.

D. CARACTERIZAÇÃO DE DOLO/ERRO GROSSEIRO, PARA APENAÇÃO, SEGUNDO A LINDB

26. O art. 28 da LINDB assim prescreve:

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

27. A respeito do dolo, preleciona Guilherme de Souza Nucci⁹:

Tradicional e legalmente, reputa-se o crime doloso, “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, e culposos, “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (art. 18, CP). Nessa linha, considera-se dolo direto, quando o agente quis o resultado, e dolo eventual, quando o agente assumiu o risco de produzi-lo.

Noutra perspectiva, o denominado dolo direto representa um querer ativo retilíneo, sem desvio ou tergiversação, focando exatamente o resultado almejado. Se “A” quer matar “B”, exerce todos os atos necessários para o incremento de seu íntimo objetivo, capacitando-se para atingir o resultado e assim fazendo. Objetiva e subjetivamente, cometeu um homicídio.

Entretanto, o dolo eventual ou indireto produz um querer ativo inflexivo e sinuoso, focando determinado resultado, mas sendo capaz de visualizar outro (ou outros), aderente ao principal, como decorrência lógica do primeiro, o qual chega a ignorar, embora ciente, ou mesmo a assimilar, em nítido desdém. Se “A” quer dirigir seu veículo em alta velocidade para chegar mais cedo ao seu local de trabalho, conforme as vias percorridas e a situação vivenciada, embora focando a aproximação ao seu destino, tem plena condição de captar os flashes de racionalidade e experiência de seu

⁹ Curso de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Págs. 173 e 174.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

espírito, demonstrativos de resultado diverso, constituído de acidente com lesão a seres humanos. Esse resultado secundário é ignorado ou assumido como irrelevante (note-se que há clara vontade de fazê-lo, vale dizer, ânimo de ignorar ou desdenhar). O desprezo pela vida humana, quando concretizado por atos do agente, significa vontade de matar, simbolizada de maneira tortuosa, mas eficiente. Objetiva e subjetivamente, cometeu um homicídio.

A culpa em sentido estrito, como elemento subjetivo do crime, apresenta contorno semelhante ao dolo eventual. E quanto maior a proximidade, tanto mais complexa é a missão do operador do direito de separá-la, atribuindo-lhe a denominação de culpa consciente. A maior distância do querer ativo inflexivo em relação à ignorância ou assunção do risco de gerar o resultado fomenta a denominação de culpa inconsciente.

28. Ora, o fato de ter encaminhado manifestação – ainda que intempestiva e ineficaz, processualmente – decorrente de deliberação plenária, faz com que se inviabilize a caracterização de dolo, relativamente a descumprimento de decisão desta Casa.

29. A respeito da conceituação de erro grosseiro, veja-se o excerto de artigo¹⁰ publicado por Alcir Moreno da Cruz e Mauro Borges:

(...)

A nosso ver, o art. 28 da LINDB igualou, para fins de exercício da pretensão punitiva estatal em face do gestor, o grau de exigência da culpabilidade requerida para o parecerista jurídico, assentado no Mandado de Segurança 24.631/DF/STF de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa. Conforme já defendíamos em artigo anterior, advogamos que o erro grosseiro consiste basicamente na inobservância dos mais singelos deveres objetivos de cuidado, em modalidades graves de imperícia, de imprudência e de negligência averiguadas obviamente no caso concreto.

(...)

Nesse sentido, é a distinção que a Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/92) faz entre a responsabilidade pela reparação do dano e a responsabilidade para fins de sanção, senão vejamos:

Art. 19. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 desta Lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Parágrafo único. Não havendo débito, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas nas alíneas a, b e c do inciso III, do art. 16, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso I do art. 58, desta Lei.

Em resumo, sustentamos neste artigo que, independentemente da definição que venha a ser atribuída ao termo “erro grosseiro”, o alvo ou campo de incidência do art. 28 da LINDB consiste no Direito Sancionador, não devendo ser confundido com os requisitos para a imputação de débitos a pessoas jurídicas ou naturais em face do dever de ressarcimento ao erário, sob pena de fusão indevida de sistemas jurídicos diversos.

30. Observe-se, ainda, o artigo¹¹ de Camila Rodrigues, “A Definição do Conceito de Erro Grosseiro pelo Tribunal de Contas da União”:

¹⁰ “O erro grosseiro e a abrangência do art. 28 na LINDB”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-14/opiniao-artigo-28-lindb-questao-erro-grosseiro> Acesso em 18.06.2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.justen.com.br/pdfs/IE144/IE144-Camila-TCU-erro-grosseiro-na-LINDB.pdf> Acesso em 18.06.2021.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

A Lei 13.655/2018 acrescentou ao art. 28, da LINDB, a exigência de demonstração de dolo ou erro grosseiro para a responsabilização de agentes públicos.

O texto da Lei enviado para sanção presidencial continha a definição de erro grosseiro de forma excludente¹². Contudo, o mencionado dispositivo foi vetado sob a justificativa de existência de insegurança jurídica pela discricionariedade conferida ao administrador para agir com fundamento em sua própria convicção¹³.

Manteve-se, assim, a indefinição legislativa do conceito de erro grosseiro.

Na tentativa de conceituar o erro grave, o Plenário do Tribunal de Contas da União tem proferido acórdãos reiterando o posicionamento doutrinário do parâmetro do erro grosseiro pela conduta do homem médio e aprofundado os esclarecimentos sobre tal conduta.

Em casos mais recentes, os Ministros têm proferido votos e declarações de voto equiparando o erro grosseiro à culpa grave e estabelecendo que se trata de uma grave inobservância do dever de cuidado.

No voto condutor do Acórdão 2.391/2018 – Plenário, o Ministro Benjamin Zymler apresentou a definição de erro leve e erro grave. O erro leve só poderia ser percebido com diligências extraordinárias e acima do normal. Por sua vez, o erro grosseiro “é o que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal, ou seja, que seria evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, consideradas as circunstâncias do negócio”.

O TCU não se limitou à definição doutrinária de erro grosseiro pela inobservância da conduta do homem médio. Houve um esclarecimento do nível esperado da conduta do agente ao analisar as circunstâncias do negócio. (...)

Os Ministros têm se preocupado em aprofundar a conceituação e definir o erro grosseiro de forma mais palpável.

Portanto, o atual entendimento do TCU é pela existência do erro grosseiro quando a conduta se distancia do esperado do administrador sem que este tenha que agir de forma extraordinária. Ainda, há a ressalva da necessidade de avaliação de tal conduta em cada caso.

31. Em outro giro, não se consegue estabelecer – além da dúvida razoável (“beyond a reasonable doubt”) as ações/omissões do Responsável, como pertencente à categorização de erro grosseiro, tendo em vista a presença, no exercício de 2020, de mutações processuais – no TCDF e na jurisdição – decorrentes da atualização eletrônica procedimental processual (implantação do sistema de barramento, consectário de inovação federal – barramento PEN¹⁴), as quais demandaram tempos variáveis de adaptação e adequação, nos órgãos afetados. Note-se que essas alterações foram alegadas pelo Responsável como determinantes para o insucesso no encaminhamento das informações demandadas por esta Corte.

¹² “§ 1º Não se considera erro grosseiro a decisão ou opinião baseada em jurisprudência ou doutrina, ainda que não pacificadas, em orientação geral ou, ainda, em interpretação razoável, mesmo que não venha a ser posteriormente aceita por órgãos de controle ou judiciais.”

¹³ “A busca pela pacificação de entendimentos é essencial para a segurança jurídica. O dispositivo proposto admite a desconsideração de responsabilidade do agente público por decisão ou opinião baseada em interpretação jurisprudencial ou doutrinária não pacificada ou mesmo minoritária. Deste modo, a propositura atribui discricionariedade ao administrado em agir com base em sua própria convicção, o que se traduz em insegurança jurídica.”

¹⁴ Processo Eletrônico Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional> Acesso em 18.06.2021.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 24.966/16e

32. *Observe-se a matéria informativa¹⁵ a seguir, a respeito do sistema de barramento PEN:*

O Barramento PEN é uma solução que permitirá a tramitação de processos entre os órgãos que utilizam o SEI ou outras soluções de processo eletrônico. É uma evolução na tramitação eletrônica de processos e permitirá que os documentos sejam expedidos e acompanhados exclusivamente em ambiente virtual, entre os órgãos públicos que aderirem à ferramenta.

33. *A relação – atualizada – dos órgãos que implementaram a solução do barramento PEN, estando, portanto, integrados ao sistema encontra-se disponível em sítio eletrônico federal¹⁶.*

34. *Ademais, deve-se considerar que a adaptação dos diversos órgãos e entidades ao desafio proporcionado pela pandemia Covid-19 não ocorreu ao mesmo tempo ou em ritmo parecido. No caso do TCDF, deve-se considerar que esse já vinha se preparando para a atuação – ao menos em escala parcial – em regime de teletrabalho, o que beneficiou o Órgão sobremaneira, quando da intercorrência da pandemia, fazendo com que o esforço de adaptação fosse menos obstaculizado.*

35. *Em outro giro, há órgãos e entidades que tiveram que fazer a transição para novo regime de trabalho da estaca zero. A curva de aprendizagem a essa nova realidade pode ter afetado as rotinas de comunicação entre membros das equipes de trabalho, proporcionando resultados abaixo do esperado, ao menos no período transicional à nova realidade laborativa.*

36. *Relativamente às “falhas de comunicação” alegadas pelo Responsável, no contexto da pandemia, verifica-se a dificuldade, a partir da documentação existente, para individualizar as condutas envolvidas, dentro do Órgão, que resultaram no descumprimento de decisão plenária.*

37. *Dessarte, da documentação acostada aos autos, evidencia-se que há escassez de elementos para a caracterização inequívoca da presença de requisitos “sine qua non” para a apenação do Responsável.*

E. DO MÉRITO DAS RAZÕES DA JUSTIFICATIVAS OFERTADAS PELO RESPONSÁVEL

38. *O Responsável alega ter obedecido ao comando instaurado por esta Corte.*

39. *Reporta, contudo, que a manifestação ter-se-ia dado por forma não formalizada (por intermédio de correio eletrônico), o que justifica ter ocorrido em razão de:*

- dificuldades atinentes ao protocolo físico, em decorrência da pandemia Covid-19;*
- ausência, à época, de implementação do protocolo digital do TCDF.*

40. *“In casu”, o Responsável apresentou elementos comprobatórios que não teria descumprido ao comando insculpido em Decisão desta Casa. Observe-se:*

¹⁵ Disponível em: <https://portalsei.uffs.edu.br/apresentacao/o-que-e-o-barramento> Acesso em 18.06.2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/conteudo/barramento-de-servicos/relacao-dos-orgaos-e-entidades> Acesso em 18.06.2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

- o Ofício 1813, de 11.09.2020, com atendimento aos comandos da Decisão nº 2665/2020 - TCDF e da Decisão nº 3394/2017-TCDF consta à peça 446;
- a Correspondência Eletrônica, encaminhando o Ofício 1813/2020 ao Setor de Protocolo deste TCDF, datado de 21.09.2020 (11h44m) consta à peça 446, fl. 5;
- consulta efetuada ao Setor de Protocolo desta Casa, em 15.06.2021, evidencia que a Correspondência eletrônica referida foi recepcionada por esta Casa em 21.09.2021 (12h21m).

41. Por ocasião da confecção da corrente peça instrutiva, foi acionado o Setor de Protocolo desta Casa. Consoante esse informou:

(...) consegui identificar o e-mail da SEGOV e a resposta do TCDF.

Na data de 21/09/2020 o Protocolo do TCDF já não estava mais recebendo documentos do GDF via e-mail, somente via Barramento, pois o e-mail apresentava inconsistências no recebimento e foi necessário receber apenas via Barramento ou Protocolo Digital, conforme ainda é hoje.

O protocolo respondeu no mesmo dia o e-mail da SEGOV, informando o não recebimento do mesmo e o canal correto para envio do documento.

Envio em anexo cópia do referido e-mail. (...)

42. O teor do e-mail referido pelo Setor de Protocolo é colacionado, a seguir:

15/06/2021

Email - protocolo - Outlook

Re: Em atendimento a Decisão 2665/2020

protocolo <protocolo@tc.df.gov.br>

Seg, 21/09/2020 12:21

Para: SEGOV <segov.gab@buriitl.df.gov.br>

DOCUMENTO NÃO RECEBIDO

AVISO IMPORTANTE

O Tribunal de Contas do Distrito Federal informa que os documentos e processos oriundos de órgãos do GDF somente serão recebidos a partir da ferramenta Barramento SEI. Os e-mails recebidos por este canal não serão mais protocolados a partir de segunda-feira, dia 22/06/2020.

Em caso de dúvidas sobre o barramento, acesse:

<http://portalsei.df.gov.br/category/seigdf/atendimento/>

Este canal estará aberto para dúvidas e sugestões.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - COGEDOC

Protocolo
Tribunal de Contas do Distrito Federal
protocolo@tc.df.gov.br

----- Mensagem original -----

De: "SEGOV" <segov.gab@buriitl.df.gov.br>

Para: "protocolo" <protocolo@tc.df.gov.br>

Enviada: Segunda-feira, 21 de setembro de 2020 11:44:50

Assunto: Em atendimento a Decisão 2665/2020

Prezados,

Em resposta ao Ofício nº 567B, encaminho o Ofício nº 1813-SEGOV, para conhecimento.

Solicito acusar o recebimento deste E-mail.

Att,
Nathalie Nobre
Assessora Especial
Secretaria de Estado de Governo
3313-5912

43. Ou seja, a correspondência eletrônica deixou de ser recepcionada, formalmente, por esta Casa, devido às modificações exsurgidas no trâmite de documentos entre o TCDF e as jurisdicionadas, as quais passaram a ocorrer exclusivamente no âmbito do barramento SEI (não mais por correio eletrônico), a partir da data de 22.06.2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

44. Em que pesem os fatos descritos, embora a documentação encaminhada pela jurisdicionada não tenha sido recepcionada formalmente por esta Casa, entende-se que possa ser considerado, excepcionalmente – unicamente para fins de responsabilização – que houve encaminhamento de resposta ao comando expresso desta Casa.

45. A solução propugnada em corrente instrução decorre dos seguintes aspectos:

- houve, sob a óptica da verdade material – em que pese ausência de atendimento formal – manifestação do Responsável (Ofício nº 1813, de 11.09.2020) a respeito do comando insculpido no item II da Decisão nº 1047/2021, de 24.03.2020 (peça 438);
- embora intempestivo e encaminhado ao canal errado (correio eletrônico, em vez de barramento SEI), o Ofício 1813/2020 - Segov/DF contém a manifestação da jurisdicionada à determinação do item II da Deliberação nº 1047/2021;
- houve alterações na forma de recepção de documentos entre o TCDF e as jurisdicionadas, no exercício de 2020, as quais demandaram certo tempo de maturação até o funcionamento adequado do sistema;
- deve-se considerar que o fato de a rejeição, pelo Protocolo desta Casa à documentação encaminhada pela correspondência eletrônica da Segov/DF pode, eventualmente, não ter sido trazido ao conhecimento do Responsável, como ele mesmo alega (“falha na comunicação entre o envio e o recebimento da resposta pelo seu destinatário final” – peça 448, fl. 3);
- as medidas informadas pelo Responsável em Ofício nº 1813/2020 - Segov/DF constam, atualizadas, em Ofício 945/2021 – SEGOV/GAB (peça 447, fls. 7 a 10)

46. Dessarte, sustenta-se, dessa forma, que se possa relevar – **em caráter excepcional** – a ausência de atendimento formal do Responsável constante à Tabela I a comando desta Casa, relativizando-o **em prol do princípio da verdade material**. Em função disso, pode-se considerar **as razões de justificativa ofertadas pelo Responsável como procedentes**.

Tabela I – Responsável

Responsável	CPF
José Humberto Pires de Araújo	085.161.381-00

47. Houve atendimento parcial ao item V da Decisão nº 3394/2017, reiterado pelos itens IV da Decisão nº 2.665/2020 e II da Decisão nº 1.047/2021, devendo o seu cumprimento ser reiterado à jurisdicionada, a qual deve manter esta Corte informada das providências adotadas, especialmente em relação às administrações regionais que deixaram de dar publicidade às licitações, na forma propugnada por esta Casa.” (grifos originis)

Ao final, foi sugerido ao egrégio Plenário adotar as seguintes medidas:

- “I. tomar conhecimento:
a) desta Informação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

b) das Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Secretário da Secretaria de Governo do Distrito Federal, e documentação anexa, acostada às peças 443 a 448;

II. considerar:

a) como cumprida, parcialmente, a determinação insculpida em item V da Decisão nº 3394/2017, objeto de reiteração em item IV da Decisão nº 2.665/2020, dispositivo esse reiterado em item II da Decisão nº 1.047/2021;

b) excepcionalmente – em prol do princípio da verdade material – como procedentes as Razões de Justificativa ofertadas pelo Responsável de Tabela I em resposta à Comunicação de Audiência nº 32/2021 – SS (peça 440);

III. reiterar à Secretaria de Estado de Governo do DF – Segov/DF o item V da Decisão nº 3394/2017, para que tome as providências necessárias com vistas a garantir a publicação dos avisos de licitação nas respectivas páginas eletrônicas das administrações regionais, especialmente os alusivos a certames na modalidade convite, adotando também todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento da Lei Federal n.º 12.527/2011, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, observando o que dispõe o art. 3º, inciso V, e art. 13, da Instrução Normativa n.º 02/2015-CGDF;

IV. determinar à Segov/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mantenha esta Corte atualizada sobre as alterações decorrentes das medidas adotadas – especialmente em relação às Administrações Regionais que deixaram de dar publicidade às licitações, na forma propugnada por esta Casa, consoante item III, supra;

V. autorizar:

a) o envio de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Governo do Distrito Federal;

b) a restituição dos autos à Segem, para os devidos fins.”

As análises e as sugestões formuladas pelo auditor de controle externo mereceram a anuência do diretor da Terceira Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 3ª Digem/TCDF.

COTA COMPLEMENTAR

O titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF apresentou cota complementar, consubstanciada no despacho de e-DOC CB7089FD-e, desta forma:

“(…)

6. Para tanto, foram abertos 13 processos, cujas primeiras rodadas de análise apresentaram os seguintes resultados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

RA	Proc.	Itens da Decisão 3394/2017 não cumpridos pelas RA's na última análise					
		Item V - Publicação Editais	Item VI, a - Localização Processos	Item VII, a - Convocação Empresas p/ sanar irregularidades	Item VIII, a - Reexame de obras PT02	Item IX, a - Apuração de Responsabilidade Superfaturamento	Item X - Apuração de Responsabilidade Inexecução
Ceilândia	238/20	⊗	N/A	N/A	⊗	N/A	⊗
Cruzeiro	246/20	⊗	N/A	N/A	⊗	N/A	N/A
Núcleo Bandeirante	300/20	N/A	⊗	⊗	⊗	⊗	N/A
Recanto das Emas	319/20	⊗	⊗	⊗	⊗	N/A	N/A
Riacho Fundo I	8715/20	N/V	N/A	⊗	⊗	N/A	N/A
Riacho Fundo II	8740/20	⊗	N/A	N/A	⊗	N/A	N/A
SCIA	1109/20	N/A	N/A	N/A	⊗	N/A	N/A
SIA	8707/20	⊗	N/A	N/A	⊗	⊗	N/A
Santa Maria	24749/19	N/A	N/A	⊗	⊗	N/A	⊗
São Sebastião	289/20	⊗	⊗	N/A	⊗	N/A	N/A
Taguatinga	270/20	⊗	N/A	N/A	⊗	N/A	N/A
Varjão	262/20	⊗	N/A	N/A	⊗	P/O	⊗
Vicente Pires	297/20	N/V	N/A	N/A	⊗	⊗	⊗

⊗ Atendido
 ⊗ Parcialmente Atendido
 ⊗ Não Atendido
 N/A Não Aplicável
 N/V Não Verificado
 P/O Perda Objeto

7. Conforme se verifica, somente os requisitos previstos no item V da Decisão 3394/17 restaram superados em algumas RA's, isso porque, quando da instrução dos cumprimentos de diligências, foram feitas pesquisas nas páginas eletrônicas das jurisdicionadas para verificar a publicidade dada aos editais de licitação.

8. Quantos aos itens considerados parcialmente atendidos, verificou-se que a localização de processos (item VI), a convocação de empresas para sanar irregularidades (item VII), o reexame de obras (item VIII) e a apuração de responsabilidades, quando feitos, foram de forma isolada, tímida e não efetiva.

9. Nesse aspecto, vale ressaltar que as RA's relataram diversas dificuldades para o fiel cumprimento das diligências determinadas, dentre elas destacam-se problemas na localização de empresas para fins de notificação, inexistência de servidores suficientes e capacitados para compor comissões de reexame de obras e impossibilidade de acesso a processos que ainda se encontravam na Polícia Civil e na CGDF.

10. Não se pode olvidar, também, da falta de memória administrativa em decorrência da rotatividade de servidores no âmbito das RA's, muitos dos quais servidores comissionados, sem vínculos com a administração, que dificilmente permanecem quando da troca de governo ocorrida nas duas gestões anteriores, Agnelo (2011 a 2014) e Rollemberg (2015 a 2018).

11. Acrescenta-se a isso, o tempo decorrido desde os fatos relacionados aos achados, que não permite averiguar se as deficiências nas obras, principalmente daquelas que não fizeram parte da amostra de auditoria, decorreram da ação do tempo ou de má qualidade propriamente.

12. Nesse aspecto, cumpre destacar a recente edição da Decisão Normativa nº 05/2021, que dispôs sobre a Prescrição das Pretensões Punitiva e de Ressarcimento no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e fixou o prazo prescricional em 5 anos.

13. Para fixação do termo inicial, consoante as hipóteses contidas nos incisos. I a IV do art. 1º do referido normativo, estabeleceu-se que a pretensão punitiva prescreve em 5 anos contados: I. da data da prática do ato ou ocorrência do fato; II. da data do conhecimento do fato pela Administração Pública do Distrito Federal, se desconhecida a data da prática do ato ou ocorrência do fato; III. no caso de infração ou ato danoso permanente ou continuado, do dia em que tiver cessado; IV. da data final para a prestação de contas,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

14. No presente caso, o TCDF tomou conhecimento das irregularidades por meio da Decisão 3.329/2015, quando apreciou a admissibilidade das representações nos 7 e 8/2015 – ML. Posteriormente, por meio da Auditoria objeto do presente processo, foram verificadas contratações cujos empenhos foram realizados nos exercícios de 2013 a 2016¹⁷. Ademais, a matéria tornou-se de conhecimento geral no Distrito Federal em junho de 2016, sendo alvo de investigação policial e demandas dos órgãos de controle, conforme noticiário local da época.

15. Nesse aspecto, independentemente de qual inciso do art. 1º da Decisão Normativa nº 03/2021 seja aplicável ao presente caso (incisos I, II e III) para definição do termo inicial para contagem do prazo prescricional, a prescrição já teria se consumado, à exceção das irregularidades convertidas em tomada de contas especial (Item XIII da Decisão 3394/17), das audiências determinadas (Item XII da Decisão 3394/17) e de eventuais responsabilizações já iniciadas nos âmbito das jurisdicionadas (itens IX e X da Decisão 3394/17), situações essas definidas como causas interruptivas da prescrição nos termos do art. 2º dessa Decisão Normativa.

16. Destaca-se, por oportuno, que o Processo 23.514/2017 foi autuado para tratar da TCE determinada pelo item XIII da Decisão 3394/17 e o Processo 25.169/2017 para analisar as razões de justificativas determinadas pelo item XII do referido Decisum.

17. Dessa forma, entende-se como prejudicadas as apurações determinadas pelos itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão 3394/2017 para fins de ressarcimento ao erário e de responsabilização que ainda não tenham sido iniciadas, ante a consumação do instituto da prescrição, a exceção das perseguidas no âmbito dos Processos nos. 23.514/2017 e 25.169/2017.

18. Em vista disso, com o objetivo de chamar o feito à ordem e dar maior efetividade e atualidade às ações de controle externo, considerando as dificuldades levantadas, os baixos valores individuais envolvidos nas contratações objeto dos presentes autos e a prescrição da pretensão punitiva destacada nos parágrafos anteriores, propõe-se mudar o foco do monitoramento autorizado por meio da Decisão nº 2262/19.

19. Para tanto, sugere-se que essa fiscalização, em âmbito amostral a ser definido oportunamente, seja voltada para verificar como estão sendo feitos, atualmente, os procedimentos para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como os relativos à fiscalização da execução contratual, em especial:

- a utilização de padronização de projetos e de especificações técnicas;
- a inserção nos processos de planejamento de obras de memórias de cálculos nos orçamentos estimativos, com detalhamentos de custos unitários e datas de referência, e de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- a aplicação de BDI's diferenciados para fornecimento de

¹⁷ Conforme tabela 1 do Relatório Final de Auditoria e-DOC 66F5E6E0



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

materiais/equipamentos, quando significativos no valor total da contratação;

- a utilização de estimativas de preços referenciados em determinadas tabelas de preços oficiais ou pesquisa de preço de mercado;*
- a manutenção de registros fidedignos da execução das obras por meio de diários e fotografias.*

20. Além da realização do monitoramento nos termos propostos em autos apartados, sugere-se que os processos listados no quadro acima sejam apensados ao presente processo e que eventuais apurações de responsabilidade já iniciadas no âmbito das jurisdicionadas sejam acompanhadas por meio desse procedimento fiscalizatório ora sugerido.

21. Ante todo o exposto, concordando com a análise quanto ao mérito das razões de justificativas procedidas no bojo da Informação nº 65/2021 – DIGEM3, sugere-se ao Plenário:

I. tomar conhecimento:

- a) da Informação nº 65/2021 – DIGEM3;*
- b) do presente despacho;*
- c) das Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Secretário da Secretaria de Governo do Distrito Federal, e documentação anexa, acostada às peças 443 a 448.*

II. considerar:

a) cumprida, parcialmente, a determinação insculpida em item V da Decisão nº 3394/2017, objeto de reiteração em item IV da Decisão nº 2.665/2020, dispositivo esse reiterado em item II da Decisão nº 1.047/2021;

b) excepcionalmente – em prol do princípio da verdade material – como procedentes as Razões de Justificativa ofertadas pelo Responsável de Tabela I da Informação nº 65/2021 – DIGEM3 em resposta à Comunicação de Audiência nº 32/2021 – SS (peça 440);

III. considerar prejudicados os itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão nº 3394/17, tendo em conta o disposto no parágrafo 15 deste Despacho Complementar e no art. 1º da Decisão Normativa nº 5/2021;

IV. autorizar:

- a) a realização de monitoramento a ser efetivado oportunamente para tratar das questões afetas ao presente processo com o foco sugerido no parágrafo 19 desse despacho;*
- b) envio de cópia da Informação, do Despacho Complementar, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Governo do Distrito Federal; e*
- c) a apensação dos processos elencados na tabela constante do parágrafo 6º deste despacho aos presentes autos;*
- d) o retorno dos autos à SEGEM para as providências pertinentes.”*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF opinou por intermédio do Parecer n.º 513/2022-G4P (e-DOC AFE48C2A-e), subscrito pelo Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima, do qual se destacam os seguintes excertos:

“(…)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

16. É o relatório. Passa-se à análise do presente feito.

17. Ab initio, reitera-se que o presente momento processual visa à análise do cumprimento da Decisão nº 1.047/2021, por meio da qual a Corte determinou a audiência do Secretário da SEGOV/DF, Sr. José Humberto Pires de Araújo, quanto à inobservância, pela Jurisdicionada, do item IV da Decisão nº 2.665/2020, que reiterou o comando prescrito no item V da Decisão nº 3.394/2017.

(...)

20. A balizar, de pronto, o objeto dos presentes autos, impende frisar, sobre esse entendimento complementar, que a análise do cumprimento das diligências constantes da Decisão nº 3.394/2017, por parte das Administrações Regionais, está ocorrendo de maneira individualizada em processos autuados para tanto, em virtude da determinação contida no item V.b da Decisão nº 2.262/2019. Nesse sentido, esta Quarta Procuradoria entende, em divergência da análise instrutiva complementar, que não se há de tratar dos itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão nº 3394/2017, nos presentes autos, mormente no que concerne à eventual prescrição, porque demanda o revolvimento de fatos relacionados à cada Administração envolvida, os quais podem ter ocorrido de forma particular nos respectivos feitos.

21. O posicionamento ministerial a esse respeito, entretanto, não mitiga a acertada sugestão contida na instrução complementar, no sentido de que seja autorizada a realização de monitoramento voltado a verificar como estão sendo realizados, atualmente, os procedimentos para contratação de obras e serviços de engenharia, nas Administrações Regionais, “bem como os relativos à fiscalização da execução contratual, em especial:

- a utilização de padronização de projetos e de especificações técnicas;
- a inserção nos processos de planejamento de obras de memórias de cálculos nos orçamentos estimativos, com detalhamentos de custos unitários e datas de referência, e de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- a aplicação de BDI's diferenciados para fornecimento de materiais/equipamentos, quando significativos no valor total da contratação;
- a utilização de estimativas de preços referenciados em determinadas tabelas de preços oficiais ou pesquisa de preço de mercado;
- a manutenção de registros fidedignos da execução das obras por meio de diários e fotografias”.

22. Superado esse ponto, cumpre retornar ao cerne do presente Processo, especificamente para a apreciação das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Secretário da SEGOV/DF, ocasião em que se reportou ao Ofício nº 1.813/2020 remetido pela Jurisdicionada à Corte de Contas, via e-mail, em 21/9/2020, em atendimento ao determinado no item IV da Decisão nº 2.665/2020.

23. Conquanto essa comunicação eletrônica não tenha sido recebida pelo TCDF, conforme relatado na Informação nº 65/2021 – DIGEM3, não se aperfeiçoando, pois, o cumprimento da Decisão nº 2.665/2020, o fato é que, por meio da posterior Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

1.047/2021, a Corte de Contas oportunizou a audiência do Sr. José Humberto Pires de Araújo e o consequente atendimento desse Decisum.

24. Em vista disso, ainda que se referindo àquele Ofício, trazendo-o extemporaneamente ao conhecimento do Tribunal, o Sr. José Humberto Pires de Araújo intentou satisfazer a sua própria obrigação de justificação.

25. No presente momento, entretanto, a apreciação das informações prestadas, após o curso de prolongado período, permite avaliar a alteração da maior parte dos dados da tabela, inclusive dos websites fornecidos, conforme se pode verificar do quadro a seguir, em que se buscou compilar os dados mais recentes relativos à publicização das licitações realizadas pelas diversas Administrações Regionais do DF, a ver:

(...)

26. A despeito das alterações referidas e em que pese se tenham passado quase 2 anos da Decisão nº 2.665/2020 até hoje, do quadro acima se constata o descumprimento total das determinações desta Corte de Contas por parte das Administrações Regionais do Riacho Fundo I, Varjão e do Park Way, porque seus sítios eletrônicos não transparecem, de forma clara, informações acerca dos certames licitatórios realizados, e parcial, por parte das Administrações Regionais de Santa Maria, Paranoá, Recanto das Emas, Fercal e Planaltina, porque seus websites estão desatualizados ou deles não se pode depreender a data da informação produzida.

27. Também atende de forma parcial às deliberações do TCDF a própria SEGOV/DF, porquanto o seu website <https://segov.df.gov.br/licitacao-nas-ras/>, no qual deveria disponibilizar os seus avisos de licitação, além daqueles das Administrações Regionais do DF, não é atualizado desde 15/4/2021, às 11:54, consoante consulta realizada na presente data.

28. Por essa razão, conforme posicionamento do Corpo Instrutivo na Informação nº 65/2021 – DIGEM3, entendo que o item II da Decisão nº 1.047/2021, que reiterou o item IV da Decisão nº 2.665/2020, o qual, por sua vez, repôs o item V da Decisão nº 3.394/2017, pode ser considerado parcialmente atendido, devendo o seu integral cumprimento ser, derradeiramente, renovado à Jurisdicionada.

29. Ante o exposto, nada obstante as peculiaridades explicitadas no presente Parecer, este Parquet converge com o entendimento emanado da percuciente Área Instrutiva na Informação nº 65/2021 – DIGEM3, divergindo, de forma parcial, da Instrução Complementar, por entender fugir ao objeto deste feito a apreciação da incidência da prescrição relacionada aos itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão nº 3394/2017.

30. Nesses termos, sugere ao eg. Plenário:

I. tomar conhecimento:

- a. das Razões de Justificativa apresentadas pelo Sr. Secretário da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV/DF), e documentação anexa, acostada às peças 443 a 448;
- b. da Informação nº 65/2021 – DIGEM3;
- c. do Despacho Complementar contido na peça nº 463; e
- d. do Parecer nº 513/2022-G4P/ML;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

II. considerar:

a. parcialmente cumprida a determinação contida no item II da Decisão nº 1.047/2021 que reiterou o item IV da Decisão nº 2.665/2020, o qual, por sua vez, repisou a deliberação insculpida no item V da Decisão nº 3.394/2017;

b. procedentes as Razões de Justificativa ofertadas pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo (peça 453 – e-DOC 60EE46C2);

III. reiterar à SEGOV/DF o item V da Decisão nº 3394/2017, para que tome as providências necessárias com vistas a garantir a publicação dos avisos de licitação realizados pelas Administrações Regionais no seu sítio eletrônico, bem como nas páginas eletrônicas das próprias Administrações Regionais, especialmente os alusivos a certames na modalidade convite, adotando também todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento da Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, observando o que dispõe o art. 3º, inciso V, e art. 13, da Instrução Normativa nº 2/2015-CGDF;

IV. determinar à SEGOV/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mantenha esta Corte atualizada sobre as alterações decorrentes das medidas adotadas – especialmente em relação às Administrações Regionais que deixaram de dar publicidade às licitações, na forma propugnada por esta Casa, consoante item III, supra;

V. autorizar:

a. a realização de monitoramento a ser efetivado oportunamente para tratar das questões afetas ao presente processo com o foco sugerido no parágrafo 19 do Despacho Complementar proferido pela Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade (SEGEM) (peça 463 – e-DOC CB7089FD);

b. o envio de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à SEGOV/DF;

c. a restituição dos autos à SEGEM, para os devidos fins.”

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

VOTO

No último giro processual, o Tribunal prolatou a Decisão n.º 1.047/2021, deliberando, em suma, por:

“II – reiterar à Segov/DF o disposto no item IV da Decisão n.º 2.665/2020, para atendimento em novo prazo de 60 (sessenta) dias;

III – com fulcro no art. 269 do RI/TCDF, ordenar a audiência do Sr. José Humberto Pires de Araújo para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa devido o descumprimento do item IV da Decisão n.º 2.665/2020, ante a possibilidade de ser apenado com multa, conforme previsto no art. 57, inciso IV, da LO/TCDF;”

Em relação ao item II supratranscrito, lembre-se que o item IV da Decisão n.º 2.665/2020 contem reiteração à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF da *“determinação contida no item V da Decisão n.º 3.394/2017, devendo a jurisdicionada, também, observar o disposto na Portaria n.º 68/2018-Secid, e encaminhar ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas, juntamente com os respectivos resultados alcançados”*.

Já o item V da Decisão n.º 3.394/2017 trata de determinação *“à Secretaria das Cidades e às administrações regionais que publiquem os avisos de licitação em suas respectivas páginas eletrônicas, especialmente os alusivos a certames na modalidade convite, adotando também todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento da Lei Federal n.º 12.527/2011, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, observando o que dispõe o art. 3º, inciso V, e art. 13, da Instrução Normativa n.º 02/2015-CGDF (achado 2)”*.

A Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF prestou esclarecimentos mediante o Ofício n.º 945/2021-SEGOV/GAB e os anexos correspondentes.

O Sr. José Humberto Pires de Araújo apresentou as razões de justificativa de e-DOC 60EE46C2-c.

Por meio da Informação n.º 65/2021-DIGEM3, a unidade instrutiva, de início, contextualizou o feito e sintetizou os principais argumentos ofertados pela jurisdicionada e pelo gestor chamado em audiência.

O corpo instrutivo anotou que foi juntada aos autos *“tabela, sintetizando a situação, por Administração Regional, da publicidade ofertada às licitações ocorridas naqueles órgãos, categorizando-os de acordo com o atendimento (ou não) às determinações desta Casa.”*

Diante dessas informações, asseverou que *“o item V da Decisão n.º 3394/2017, o qual foi reiterado em item IV da Decisão nº 2.665/2020 (peça 419), e, por fim, reiterado esse último, em item II da Decisão nº 1047/2021 (peça 438), pode ser considerado parcialmente atendido, em face das medidas informadas, devendo o seu integral cumprimento ser reiterado à jurisdicionada.”*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

No que se refere às justificativas do Sr. José Humberto Pires de Araújo em atenção à audiência pelo descumprimento do item IV da Decisão n.º 2.665/2020, a área instrutiva reportou que *“o Responsável apresentou elementos comprobatórios que não teria descumprido ao comando insculpido em Decisão desta Casa.”*

Para tanto, apontou que *“o Ofício 1813, de 11.09.2020, com atendimento aos comandos da Decisão nº 2665/2020 - TCDF e da Decisão nº 3394/2017- TCDF consta à peça 446”, e que “a Correspondência Eletrônica, encaminhando o Ofício 1813/2020 ao Setor de Protocolo deste TCDF, datado de 21.09.2020 (11h44m) consta à peça 446, fl. 5”. Acrescentou que “consulta efetuada ao Setor de Protocolo desta Casa, em 15.06.2021, evidencia que a Correspondência eletrônica referida foi recepcionada por esta Casa em 21.09.2021 (12h21m).”*

O órgão instrutivo então afirmou que *“a correspondência eletrônica deixou de ser recepcionada, formalmente, por esta Casa, devido às modificações exurgidas no trâmite de documentos entre o TCDF e as jurisdicionadas, as quais passaram a ocorrer exclusivamente no âmbito do barramento SEI (não mais por correio eletrônico), a partir da data de 22.06.2020.”*

Diante disso, a 3ª Digem/TCDF sugeriu que o Plenário, *“excepcionalmente – em prol do princípio da verdade material – como procedentes as Razões de Justificativa ofertadas pelo Responsável”*.

O titular da Segem/TCDF apresentou cota complementar parcialmente convergente.

Após apresentar tabela listando itens da Decisão n.º 3.394/2017, prolatada em decorrência do Relatório Final de Auditoria, ainda não atendidos pelas diversas administrações regionais, o Secretário de Controle Externo ressaltou que *“as RA’s relataram diversas dificuldades para o fiel cumprimento das diligências determinadas, dentre elas destacam-se problemas na localização de empresas para fins de notificação, inexistência de servidores suficientes e capacitados para compor comissões de reexame de obras e impossibilidade de acesso a processos que ainda se encontravam na Polícia Civil e na CGDF.”*

Frisou que *“Não se pode olvidar, também, da falta de memória administrativa em decorrência da rotatividade de servidores no âmbito das RA’s, muitos dos quais servidores comissionados, sem vínculos com a administração, que dificilmente permanecem quando da troca de governo ocorrida nas duas gestões anteriores, Agnelo (2011 a 2014) e Rollemberg (2015 a 2018).”*

Na sequência, mencionou *“o tempo decorrido desde os fatos relacionados aos achados”, e, buscando se apoiar no disposto na Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021, sustentou que, “independentemente de qual inciso do art. 1º da Decisão Normativa nº 03/2021 seja aplicável ao presente caso (incisos I, II e III) para definição do termo inicial para contagem do prazo prescricional, a prescrição já teria se consumado, à exceção das irregularidades convertidas em tomada de contas especial (Item XIII da Decisão 3394/17), das audiências determinadas (Item XII da Decisão 3394/17) e de eventuais responsabilizações já iniciadas nos âmbito das jurisdicionadas (itens IX e X da Decisão 3394/17),*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

situações essas definidas como causas interruptivas da prescrição nos termos do art. 2º dessa Decisão Normativa.”

Assim, a Segem/TCDF defendeu que restariam “*prejudicadas as apurações determinadas pelos itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão 3394/2017 para fins de ressarcimento ao erário e de responsabilização que ainda não tenham sido iniciadas, ante a consumação do instituto da prescrição, a exceção das perseguidas no âmbito dos Processos nos. 23.514/2017 e 25.169/2017.*”

Propôs, então, “*mudar o foco do monitoramento autorizado por meio da Decisão n.º 2262/19*”, e que “*essa fiscalização, em âmbito amostral a ser definido oportunamente, seja voltada para verificar como estão sendo feitos, atualmente, os procedimentos para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como os relativos à fiscalização da execução contratual*”.

Por fim, pugnou no sentido de que o referido monitoramento se dê em autos apartados, e que os processos relacionados ao monitoramento, individualizados por RA, para avaliar o cumprimento das diligências insertas na Decisão n.º 3.394/2017, “*sejam apensados ao presente processo e que eventuais apurações de responsabilidade já iniciadas no âmbito das jurisdicionadas sejam acompanhadas por meio desse procedimento fiscalizatório ora sugerido.*”

O MPJTCDF opinou em harmonia com a 3ª Digem/TCDF, com o acréscimo proposto pelo titular da Segem/TCDF para a realização de monitoramento futuro.

Na visão ministerial, “*o item II da Decisão n.º 1.047/2021, que reiterou o item IV da Decisão nº 2.665/2020, o qual, por sua vez, repisou o item V da Decisão n.º 3.394/2017, pode ser considerado parcialmente atendido, devendo o seu integral cumprimento ser, derradeiramente, renovado à Jurisdicionada.*”

Ademais, o órgão ministerial afirmou que “*não se há de tratar dos itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão n.º 3394/2017, nos presentes autos, mormente no que concerne à eventual prescrição, porque demanda o revolvimento de fatos relacionados à cada Administração envolvida, os quais podem ter ocorrido de forma particular nos respectivos feitos.*”

Ponderou que “*O posicionamento ministerial a esse respeito, entretanto, não mitiga a acertada sugestão contida na instrução complementar, no sentido de que seja autorizada a realização de monitoramento*”.

Após compulsar os autos, tenho que o melhor encaminhamento para o feito neste momento coincide, na essência, com o propugnado pelo *Parquet* especial.

Em relação à aventada prescrição suscitada pela Segem/TCDF, que tornaria “*prejudicados os itens VI, VII, VIII, IX e X da Decisão n.º 3394/17*”, observo, como bem anotado pelo MPJTCDF, que eventual conclusão nesse sentido demandaria detido exame de cada caso, de modo a viabilizar adequada análise dos marcos interruptivos e suspensivos preconizados na Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021.

Como se vê, a análise genérica do instituto da prescrição contida na cota complementar da Segem/TCDF não abarcou as datas de ocorrência de cada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

fato (marco inicial), tampouco os atos da Administração Pública e do TCDF que importaram em apuração das irregularidades (hipóteses de interrupção), por exemplo, denotando ausência de informações mínimas para formação de juízo seguro sobre o transcurso do lapso prescricional quinquenal.

Em relação à diligência alusiva à publicização das licitações realizadas pelas diversas administrações regionais, contida no item V da Decisão n.º 3.394/2017, objeto de reiteração mediante o item IV da Decisão n.º 2.665/2020 e mediante o item II da Decisão n.º 1.047/2021, verifica-se dos elementos carreados ao processo que algumas jurisdicionadas ainda não adotaram medidas suficientes para atender plenamente o que foi determinado por esta Corte.

Desse modo, concordo com a 3ª Digem/TCDF e com o d. Ministério Público que a determinação em comento deve ser reiterada, cabendo à Segov/DF dar notícia ao Tribunal sobre as ações empreendidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

No que pertine às razões de justificativa ofertadas pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo, restou evidenciado que o responsável, na condição de titular da Segov/DF, buscou cumprir o item IV da Decisão n.º 2.665/2020 por intermédio do Ofício n.º 1.813, de 11.09.2020.

Nesse quadro, pode-se relevar, excepcionalmente, o fato de o citado expediente ter sido encaminhado à Corte por *e-mail* (via inadequada em razão do estabelecimento do Barramento PEN como meio de trâmite eletrônico de documentos do Tribunal com os órgãos jurisdicionados), afastando-se a aplicação de sanção ao ora justificante.

Quanto à proposta da Segem/TCDF, endossada pelo MPjTCDF, para autorização de realização de monitoramento, *“para verificar como estão sendo feitos, atualmente, os procedimentos para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como os relativos à fiscalização da execução contratual”*, entendo pertinente, tendo em vista o teor dos itens III e IV da Decisão n.º 3.394/2017.

Diante do exposto, em harmonia com o *Parquet* especial, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 945/2021-SEGOV/GAB (e-DOC F595B05F-c) e dos anexos correspondentes (peças 448/449 e 451/452), encaminhados pela Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF;
- b) das razões de justificativa de e-DOC 60EE46C2-c apresentadas pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo;
- c) da Informação n.º 65/2021-DIGEM3 (e-DOC 492AC022-e);
- d) da cota complementar do titular da Segem/TCDF consubstanciada no despacho de e-DOC CB7089FD-e;
- e) do Parecer n.º 513/2022-G4P (e-DOC AFE48C2A-e);

II. considere:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 24.966/16e

- a) procedentes as razões de justificativa indicadas no item I.b retro, no sentido de afastar a aplicação de penalidade ao responsável;
 - b) parcialmente cumprida a determinação contida no item II da Decisão n.º 1.047/2021, reiterada pelo item IV da Decisão n.º 2.665/2020, que havia reiterado a deliberação constante do item V da Decisão n.º 3.394/2017;
- III. determine à Segov/DF que adote providências para o fiel cumprimento do disposto no item V da Decisão n.º 3.394/2017, devendo observar, ainda, o preconizado na Portaria n.º 68/2018-Secid, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, documentação comprobatória das medidas empreendidas, com especial atenção em relação às Administrações Regionais que deixaram de dar publicidade aos seus procedimentos licitatórios;
- IV. autorize:
- a) o envio de cópia do Parecer n.º 513/2022-G4P, deste Relatório/Voto e da decisão a ser prolatada à Segov/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências, esclarecendo-lhe que efetivo cumprimento será realizado em sede de monitoramento;
 - b) a realização de monitoramento a ser efetivado oportunamente para exame das questões afetas ao presente processo adotando a métrica estabelecida no § 19 do Despacho Complementar do titular da Segem/TCDF de e-DOC CB7089FD-e;
 - c) o retorno dos autos à Segem/TCDF para os devidos fins.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2022

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator